

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	365.188	403.678
Contas a receber	5	1.025.566	1.037.901
Estoques	6	346.670	372.391
Outros créditos	5	3.965	2.074
Despesas pagas antecipadamente		328.317	146.875
Não Circulante		3.180.084	3.262.608
Realizável a longo prazo	7	116.168	100.168
Imobilizado	8	3.053.087	3.150.638
Intangível	9	10.829	11.802
TOTAL DO ATIVO		5.249.789	5.225.525

PASSIVO	nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		3.820.588	3.037.714
Empréstimos	11	106.723	82.485
Fornecedores	12	1.535.855	922.602
Obrigações tributárias	13	706.203	462.450
Outros Parcelamentos - Reembolsos		328.317	146.875
Obrigações sociais e trabalhistas	14	646.348	798.209
Subvenções a realizar		325.419	501.283
Contas a pagar	15	171.725	123.809
Não Circulante		1.727.483	2.152.456
Empréstimos a Longo Prazo	11	1.197.732	1.304.455
Parcelamentos tributários	10	529.751	538.254
Contingâncias trabalhistas	16	-	293.683
Contingâncias cíveis	16	-	16.065
Patrimônio Líquido (Passivo Descoberto)		(298.282)	35.355
Patrimônio social		35.355	488.249
Ajustes de Exercícios Anteriores		166.500	(3.002)
Déficit Exercício		(500.136)	(449.891)
TOTAL DO PASSIVO		5.249.789	5.225.525

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.


 André Luiz Lourenço Nevack
 Provedor


 Alan Manoel Pinto Martins
 Contador CRC:SP301506/O-8


 Heverton Cândido de Paiva
 Tesoureiro

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Valores expressos em reais)

RECEITAS	nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Operacionais		10.542.791	8.492.652
Fundo Munic. Saude Gov.Buritama-MAC SUS	19	8.820.174	6.311.657
Fundo Munic. Saude Gov.Buritama-FAEC SUS	19	2.016.761	1.974.544
Subvenção Munic. Saude Gov.Buritama-SUS	19	2.019.244	201.288
Convênio Especialidades Gov. Buritama-SUS	19	1.090.217	960.000
Subvenção Munic. Saude Gov.Zacarias-SUS	19	395.210	316.420
Subvenção Munic. Saude Gov.Brejo Alegre-SUS	19	216.000	270.000
Subvenção Munic. Saude Gov.Lourdes-SUS	19	318.000	288.000
Convênio Especialidades Gov. LourdesSUS	19	254.000	240.000
Subvenção Munic. Saude Gov.Turiuba-SUS	19	91.545	57.136
Convênio Especialidades Gov. Turiuba SUS	19	157.200	124.000
Processos Subvenções PM Buritama	19	2.148	-
Receitas de pacientes Convênios	19	430.548	-
Receitas de pacientes Particulares	19	1.367.331	1.402.955
Glosas	19	466.334	482.180
		(4.364)	(4.865)
Receitas com Isenção		777.783	702.192
Isenção Usufruída da Cota Patronal	20	513.178	467.490
Isenção Usufruída COFINS		264.605	234.703
Receitas Financeiras		68.711	40.036
Financeiras		68.711	40.036
Receitas Diversas		876.122	1.438.767
Recuperação de despesas		1.447	756
Doações, Incentivos e Campanhas	17	371.290	184.547
Subvenções Estaduais e Federais	18	436.275	753.765
Outras Subvenções		67.110	499.699
DESPESAS		11.042.927	8.942.544
Despesas Operacionais		9.571.273	8.031.474
Despesas com pessoal		2.201.830	2.105.271
Despesas administrativas e gerais		1.320.415	1.056.230
Serviços prestados por terceiros		5.450.111	4.107.827
Materiais, Medicamentos e Gen. Alimentícios		598.917	762.146
Despesas com Isenções Usufruidas		777.783	702.192
INSS Patronal	20	513.178	467.490
COFINS		264.605	234.703
Despesas Financeiras		672.577	189.807
Financeiras		672.577	189.807
Despesas Diversas		21.294	19.070
Impostos e taxas		21.294	19.070
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(500.136)	(449.891)

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.

André Luiz Lourenço Nevack
Provedor

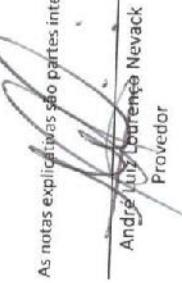
Alan Manoel Pinto Martins
Contador CRC:SP301506/O-8

Heverton Cândido de Paiva
Tesoureiro

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015**
 (Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Exercícios Anteriores	Resultado do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	666.586	(92.735)	(85.603)	488.248
Superávit do exercício de 2013, incorporado ao Patrimônio Social	(85.603)			
Ajuste de Exercícios Anteriores incorporado ao Patrimônio Social	(92.735)			
Ajuste de Exercícios Anteriores a 2013		92.735		
Superávit do exercício de 2014		(3.002)		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	488.248	(3.002)	(449.891)	(449.891)
Déficit do exercício de 2015, incorporado ao Patrimônio Social	(449.891)			
Ajuste de Exercícios Anteriores incorporado ao Patrimônio Social	(3.002)			
Ajuste de Exercícios Anteriores a 2015		3.002		
Déficit do exercício de 2016		166.500		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.356	166.500	(500.136)	(500.136)
				(298.282)

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.


 André Luis Lourenço Nevack
 Provedor

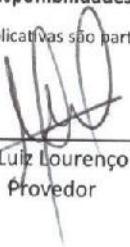

 Alan Manoel Pinto Martins
 Contador CRC/SP 301506/0-8


 Heverton Cândido de Paiva
 Tesoureiro

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(método indireto)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2016	31/12/2015
Superávit/Deficit do exercício	(500.136)	(449.891)
depreciações	173.050	265.403
Ajuste exercício anterior	166.500	(3.002)
Origens Geradas pelas operações	(160.587)	(187.491)
(-) aumento do ativo circulante	(145.277)	226.510
Contas a receber	12.335	285.614
Estoque	25.721	87.520
Outros Créditos	(1.892)	251
Despesas pagas antecipadamente	(181.441)	(146.875)
(+) Diminuição do Ativo Não Circulante	(16.000)	(12.000)
(+) aumento do passivo circulante e não circulante	440.386	(504.799)
Fornecedores	613.252	(233.100)
Obrigações tributárias	243.754	154.553
Parcelamentos tributários	-	(4.020)
Obrigações sociais e trabalhistas	(151.862)	131.600
Outros Parcelamentos - Reembolso	181.441	146.875
Subvenções a realizar	(175.864)	(556.441)
Contas a pagar	47.915	(20.513)
Parcelamentos tributários	(8.503)	(5.076)
Contingências trabalhistas	(309.747)	(118.677)
Disponibilidades geradas pelas operações	118.522	(477.780)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Emprestimo (PC)	24.237	(432.827)
Emprestimo (NC)	(106.723)	1.143.568
Total das Atividades de Financiamentos	(82.485)	710.742
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de bens do imobilizado	(74.528)	(21.760)
Total das Atividades de Investimentos	(74.528)	(21.760)
Variação de Disponibilidades	(38.492)	211.201
Saldo de Disponibilidades no início do exercício	403.678	192.476
Saldo de Disponibilidades no final do exercício	365.188	403.678

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações contábeis.


André Luiz Lourenço Nevack
Provedor


Alan Manoel Pinto Martins
Contador CRC:SP301506/O-8


Heverton Cândido de Paiva
Tesoureiro

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**
(Valores Expressos em reais)

1) A ENTIDADE

A Santa Casa de Misericórdia São Francisco foi constituída em 21 de agosto de 1960. Sediada no município de Buritama, Estado de São Paulo é uma associação civil de direito privado, benficiente, filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, para prestar assistência médica e hospitalar.

Com reconhecimento de utilidade pública concedido pelas autoridades federais, estaduais e municipais, também está registrada no CNES n.º 2079461 e com certificação de estabelecimento de entidade benficiente de assistência social em saúde conforme portaria SAS/MS.

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto. A Administração está a cargo de uma Diretoria Executiva composta por 9 (nove) membros eleita pela Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. O mandado dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão, sendo eles:

- Provedor – André Luiz Lourenço Nevack
- Vice Provedor – Salvador dos Santos Moutinho
- Segunda Vice Provedor – Rosa Tereza Guerbas
- Primeiro Tesoureiro – Heverton Cândido de Paiva
- Segundo Tesoureiro – José Tarciso Andrade
- Terceiro Tesoureiro – Vilson Barbosa de Almeida
- Primeiro Secretário – José Vinicius Trindade Dias
- Segundo Secretário – Fernanda dos Santos Moreira
- Terceiro Secretário – Walter Jaime Simão Cunha.

2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e normas e procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para PME e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas a Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a ITG 2002 e NBC TG 1000, e também em conformidade com a Lei n.º 6.404/76. As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

- a. **Base de preparação e apresentação** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado no item 2 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a NBCT 19.41 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.
- b. **Ativo Circulante** - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.
- c. **Moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.
- d. **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data finda do balanço.
- e. **Aplicações financeiras** - São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data finda do balanço e não superam o valor de mercado.
- f. **Estoques** - Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização ou preço médio de aquisição.
- g. **Contas a receber** - Estão representadas por valores a receber referente a atendimento Sistema Único de Saúde – SUS, convênios médicos privados, Contratos de Especialidades, particulares e Subvenções municipais.
- h. **Provisão para devedores duvidosos** - A provisão para liquidação duvidosa foi constituída num montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, levando-se em consideração a análise das garantias e riscos de realizações de créditos.
- i. **Despesas pagas Antecipadamente** - Consiste na contrapartida de conta de passivo, reconhecendo dívidas a serem quitadas durante o exercício, onde conforme quitação das mesmas, os respectivos valores quitados são transferidos para despesas.

j. **Ativo Não Circulante**

- k. **Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.
- l. **Intangível** - Inclui direitos de uso de "software", sendo amortizado na base de 20% a.a, e patentes.
- m. **Passivo Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.
- n. **Fornecedores** - São obrigações referentes aquisições de bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.
- o. **Empréstimos** - Refere-se a Empréstimos Bancários, reconhecidos pelo valor contratual acrescido de juros e taxas administrativas sobre os empréstimos, sendo amortizado mensalmente o montante do Empréstimo conforme quitação de parcelas, e transferido as despesas com juros de cada exercício para as contas de Resultado.
- p. **Férias a Pagar** - Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.
- q. **Passivo Não Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos incorridos.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2016	2015
Caixa	4.242	9.557
Bancos conta movimentos	197.981	44.866
Aplicações financeiras	162.965	349.254
Total	365.188	403.678

Observação: Dos valores apresentados em bancos e aplicações, R\$ 18.149,04 São vinculados ao Projeto Acolhe Santa Casa, recurso esse destinado a reforma e investimento.

R\$ 73.984,41 São vinculados ao Caução de duas parcelas do Empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, onde no final do Empréstimo em curso serão resgatados e aplicados na Entidade.

Demais recursos são referente recurso de contratos que foram repassados na última semana de 2016.

5) CONTAS A RECEBER

Descrição	2016	2015
Fundo Municipal Saúde Buritama-SUS	553.520	367.924
Subv. Prefeitura de Buritama	0	0
Subv. Prefeitura de Turiuba	13.200	12.000
Subv. Prefeitura de Lourdes	0	11.293
Subv. Prefeitura de Zacarias	1.110	1.110
Pro – Santa Casa	10.750	245.700
Convênios	422.190	380.050
Particulares	15.890	10.928
(-)Provisão para perdas	(14.175)	(14.175)
Outros Contas a Receber	23.071	23.071
Total	1.025.566	1.037.901
Outros Créditos	3.965	2.074

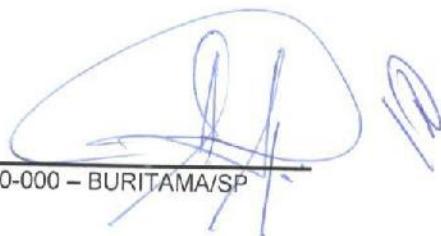
6) ESTOQUES

Com o sistema MV2000i, o trabalho de cotas de abastecimentos e os treinamentos e reuniões com os colaboradores, fazem com que a entidade tenha um melhor controle dos seus estoques. Para assegurar todos os processos de compra, assim como uma economia nos preços, a entidade também conta com o sistema de compras online da Bionexo.

São realizadas mensalmente contagens cíclicas dos setores para acompanhamento e controle das atividades, bem como inventário geral realizado nas últimas semanas de dezembro.

Descrição	2016	2015
Drogas e Medicamentos	88.604	108.565
Material Hospitalar	134.840	165.163
Material Administrativo	11.366	7.168
Material Higiene e Limpeza	14.558	9.395
Tecidos e uniformes	0	0
Manutenção Geral	406	62
Material para Cozinha	3.514	2.981
Gêneros Alimentícios	11.925	10.505
Empréstimos concedidos mat/med	81.458	68.553
Total	346.670	372.391

Obs. Empréstimos Concedidos Mat/med refere-se a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares, destinados a Santas Casas, UBS e Prefeituras.

7) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os processos cíveis e trabalhistas ainda estão tramitando. O INSS refere-se a depósitos mensais em juízo até que saia o parcelamento. O não depósito em juízo acarreta além de dívidas a entidade, bloqueio de certidões vinculadas a Receita Federal.

Descrição	2016	2015
Depósitos judiciais – cíveis	500	500
Depósitos judiciais – trabalhistas	43.558	43.558
Depósitos judiciais – INSS	72.104	56.110
Total	116.168	100.168

8) IMOBILIZADO

Conta	Taxa Média	Valor Original	Transf. Aquisções	Transf. Baixas	Valor Original	Depreciação Acumulada	Saldo líquido 31/12/2016	Saldo líquido
	Depr.							31/12/2015
EDIFICACOES	4%	372.421			372.421	(98.871)	273.550	288.447
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10%	228.805	1.690		230.495	(137.683)	92.812	114.134
MÓVEIS E UTENSILIOS	10%	152.005	26.815		178.819	(114.010)	64.810	53.803
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	20%	18.527	6.472		24.998	(24.998)	-	(7.850)
CONSTRUÇOES -SUBV.I	0%	256.687			256.687		256.687	256.687
CONSTRUÇÃO TA 02/2012	0%	24.073			24.073		24.073	24.073
MAQ E EQUIP SUBV	10%	188.210			188.210	(115.653)	72.557	101.459
MAQ E EQUIP. SUBV - 357/2014	10%	199.351			199.351	(43.193)	156.158	176.093
MAQ E EQUIP. SUBV- 750275-2010	10%	119.300			119.300	(39.767)	79.533	91.463
TERRENOS	0%	598.294			598.294		598.294	598.294
EDIFICIOS	4%	1.516.438			1.516.438	(317.409)	1.199.029	1.229.358
MÓVEIS E UTENSILIOS	10%	171.100	22.450		193.550	(116.072)	77.478	73.815
EQUIP.E APARELHOS CIRURGICOS	10%	280.968			280.968	(197.448)	83.520	111.617
EQUIP.HOSPITALARES	10%	136.155	7.100		143.255	(69.769)	73.486	80.061
VEICULOS	20%	80.762			80.762	(80.762)	-	(16.152)
EQUIP.DE INFORMATICAS	20%	156.908			156.908	(156.908)	-	(26.138)
LINHA TELEFONICAS	20%	1.110			1.110	(1.110)	-	87
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	20%	2.869			2.869	(1.769)	1.100	1.387
Subtotal		4.503.982	64.526	-	4.568.508	(1.515.421)	3.053.087	3.150.638

Intangível

Sistemas de Informática	20%	31.183	10.000	-	41.183	(30.354)	10.829	11.802
Total		4.535.165	74.526	-	4.609.691	(1.545.775)	3.063.916	3.162.440

9) INTANGÍVEL

Demonstrado com base no custo original:

Descrição	Depreciação	2016	2015
Softwares	10%	31.183	31.183
(-) Depreciações Acumuladas		(20.354)	(19.381)
Total do Intangível		10.829	11.802

10) PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Parcelamento de Cofins-Proc.2332/2007	-	12.742
Parcelamento de FGTS de 2005	-	83.262
Parcelamento de IRRF-Proc.2332/2007	-	164.864
Parcelamento de Pis-Proc.2332/2007	-	268.882
Parcel. PIS/COFINS/CSL-400.059/2010	-	-
TOTAL	-	529.750

Observação: Parcelamento congelado, pois a Entidade aderiu ao Programa do Ministério da Saúde, o PROSUS, onde todos os parcelamentos são assumidos pelo Governo Federal.

11) OUTROS PARCELAMENTOS

Parcelamentos refere-se a Reembolso de Convênio a Prefeitura Municipal de Zacarias, no montante de R\$ 328.317, referente Subvenção Social período de 2007 e 2008.

12) EMPRÉSTIMOS

Descrição CEF (84x Jrs.26%a.a e 2,17% a.m.(saldo 83 parc.)	PC	PNC
Empréstimo	434.257	2.135.098
• Juros s/ Empréstimo	(327.535)	(937.366)
Total	106.723	1.197.732

Observação: Empréstimo Caixa Econômica Federal foi realizado em Novembro/2015, onde o mesmo é vinculado ao recebimento dos Repasses do SUS – Sistema Único de Saúde.

13) FORNECEDORES

Apropriados pelo efetivo recebimento de bens, materiais ou serviços no valor de (R\$1.529.134), sendo (R\$476.182) referentes aos serviços de SUS e Convênios, além do serviço de glaucoma da Oftalmo prestados nos meses 11 e 12/2016, que serão repassados pelo Estado no exercício de 2017.

14) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

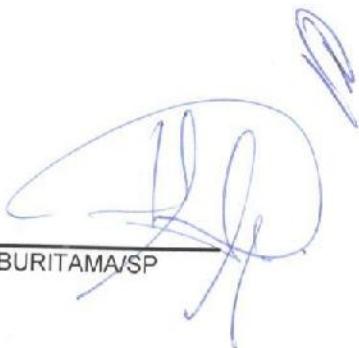
Descrição	2016	2015
IRRF a recolher	199.497	124.522
PIS a recolher	1.960	13.521
PIS, COFINS e CSLL retidos a recolher	502.221	322.332
ISS	2.526	2.074
Total	706.203	462.450

15) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2016	2015
Salários a pagar	110.749	115.982
Rescisões	1.625	-
INSS a recolher	79.254	385.326
FGTS a recolher	149.303	54.899
Férias	267.131	217.640
FGTS s/ Provisão férias	21.370	17.411
PIS s/ Provisão Férias	2.671	2.176
Outras	5.959	4.774
Total	638.063	798.209

16) CONTAS A PAGAR

- O valor de (R\$171.725) refere-se a créditos de médicos (pessoa física) e outras pequenas contas a pagar de 2016.

17) CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS e CÍVEIS

Foi constituída em 2010 as provisões para contingências no montante julgado necessário, de acordo com a avaliação de riscos elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a Entidade figurava como ré. Em 2011 a entidade realizou todos os ajustes necessários dos processos existentes de acordo com a avaliação e relatório fornecido pela assessoria jurídica. Em 2012 não houve alterações concretas, sendo que em 2013 foram pagos R\$ 147.100,00 das ações trabalhistas. O montante restante foi devidamente revertida as provisões.

Descrição		2016	2015
	saldo anterior		293.683
Ações trabalhistas			-
	saldo atual		293.683
Ações Cíveis			16.065

18) RECEITAS COM DOAÇÕES, INCENTIVOS e EVENTOS.

Descrição		2016	2015
Créditos Cupons Fiscais		18.935	45.205
Doações Particulares		76.190	36.891
Leilões, Festas Culturais e Rifas		190.294	62.357
Receita EducaSUS		47.709	
Projeto Acolhe Santa Casa		38.163	40.094
Total		371.290	184.547

Obs.: O leilão de gado programado para 12/2015 foi transferido e realizado em 01/2016 por motivos de datas, sendo assim, a receita referente o leilão de Gado de 2015 será reconhecida no Exercício de 2016.

19) RECEITAS COM SUBVENÇÕES ESTADUAIS

Descrição		2016	2015
Pró-Santa Casa II		436.275	753.765
Total		436.275	753.765

Observação: A conta Pró-Santa Casa II é composta por recebimentos vinculados ao Pró Santa Casa (Estado) e contrapartida dos Municípios.

20) RECEITAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2016	%	2015	%
SUS	6.990.873	79,26%	4.728.985	71,55%
NÃO SUS				
(Convs./partics.(-)glosas)	1.829.302	20,74%	1.880.269	28,45%
Total	8.820.174	100%	6.609.254	100%

21) ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao parágrafo segundo do artigo 11 da Lei 12101/09, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante os exercícios de 2015 e de 2014:

Descrição	2016	2015
Inss – Cota Patronal	513.179	467.490
CSLL		-
Cofins	308.346	234.703
Total	821.525	702.192

22) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

São ajustes em receitas e despesas que nos exercícios anteriores não foram contabilizadas no período ou indevidamente.

23) COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade não mantém cobertura de seguros para os seus bens móveis e imóveis para cobrir eventuais sinistros.

24) PATRIMÔNIO SOCIAL

Representa o patrimônio inicial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição. O resultado apurado em cada exercício, consoante previsão estatutária, é incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação da Assembleia Geral.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante prazos prescricionais de acordo com a legislação aplicável em vigor.



André Luiz Lourenço Nevack
Provedor



Alan Manoel Pinto Martins
Contador
CRC:301506/O-8



Heverton Cândido de Paiva
Tesoureira

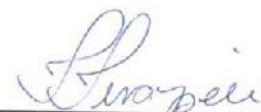
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da **Santa Casa de Misericórdia São Francisco de Buritama**, tendo examinado o **BALANÇO PATRIMONIAL**, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016, assim como, os demais documentos referentes às transações Sociais da Entidade e ainda, considerando a opinião com ressalva do parecer da auditoria independente, damos o **PARECER** de que as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco e que sejam aprovadas pela Assembleia Geral na reunião ordinária anual as referidas contas e balanço apresentados, pelo que assinamos.

Buritama-SP, 30 de Março de 2016.


Stela Regina Cardoso


Carlos Alberto Goulart Guerbach


Fernanda Helena Sachsida Tirapeli



ACS AUDITORES

Alberto Francisco Costa

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Provedor da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO
Buritama (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2016** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Paragrafo de Ênfase

A **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO**, vem apresentando déficit nos últimos exercícios, sendo que, em decorrência desse fato seu patrimônio líquido no exercício de 2016, apresenta um passivo a descoberto de R\$ 298.282, esses fatores demonstram um grau de endividamento que pode comprometer as atividades da Entidade.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba– Cep 16.052-045 Fone (18) 8121 7090 ou 3608 5058
e-mail: alberto@acsauditores.com.br



ACS AUDITORES

Alberto Francisco Costa

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e Médias Empresas e Entidades sem Fins Lucrativos, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba– Cep 16.052-045 Fone (18) 8121 7090 ou 3608 5058
e-mail: alberto@acsauditores.com.br



ACS AUDITORES

Alberto Francisco Costa

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 31 de Março de 2.017.



ALBERTO F. COSTA
Contador CRC - ISP164292/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba – Cep 16.052-045 Fone (18) 8121 7090 ou 3608 5058
e-mail: alberto@acsauditores.com.br

"BALANÇO PATRIMONIAL"

Interessado: **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO**

Assunto: Parecer Jurídico Geral

PARECER JURÍDICO

I - CONSULTA

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO, formulou-nos consulta quanto ao BALANÇO PATRIMONIAL de 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

- 1) O **BALANÇO PATRIMONIAL** e as demonstrações contábeis devem sempre representar a real posição patrimonial da Entidade.
- 2) A Auditoria realizada concluiu que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 3) Contudo apresenta "Parágrafo de Ênfase" onde destaca e alerta que a Entidade vem apresentando déficit nos últimos exercícios, sendo que, em decorrência desse fato seu patrimônio líquido no exercício de 2016, apresenta um passivo a descoberto de R\$ 298.282, esses fatores demonstram um grau de endividamento que pode comprometer as atividades da Entidade.
- 4) Observado o disposto no Parágrafo de Ênfase destacado pela Auditoria, a administração deve tomar as medidas necessárias visando inibir e reverter o déficit e grau de endividamento apontado, para que as atividades da Entidade não sejam comprometidas;

-
- 5) No mais, salvo melhor Juízo e ressalvado a não vinculação ao entendimento exarado neste parecer, entendemos que os Balanços Patrimoniais não contem qualquer irregularidade ou ilegalidade.

Visando atribuir segurança jurídica, **OPINO** para que seja elaborado plano de trabalho que venha inibir e reverter o déficit e grau de endividamento apontado, para que as atividades da Entidade não sejam comprometidas.

Ante o exposto, com ressalvas aos apontamentos e opiniões supra fundamentadas, o parecer, salvo melhor Juízo, é pela legalidade e regularidade do Balanço Patrimonial, estando o mesmo em consonância com o ordenamento jurídico vigente.

III – DA CONCLUSAO

Diante do exposto, observadas a cautelas previstas na Lei, salvo melhor juízo, entendemos que no caso em apreço, referidas contas e balanço apresentados devem ser aprovados pela Assembleia Geral na reunião ordinária anual nos termos do que prevê o Estatuto Social vigente.

Este é o meu parecer.

Araçatuba, 3 de abril de 2017.



WESLEY EDSON ROSSETO
ADVOGADO – OAB/SP 220.718